

1.º vogal efectivo — Pedro Filipe Rodrigues Vieira — Chefe da Divisão de Obras Municipais; (Vogal substituto do presidente nas suas faltas e impedimentos.)

2.º vogal efectivo — Felisberto Augusto Lopes Gomes — Chefe de Secção;

1.º vogal suplente — António Salvador Ferreira Coelho — Encarregado;

2.º vogal suplente — Sebastião José Pinheiro Encarnado — Pedreiro Principal.

11 — Dando cumprimento ao Despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra da Igualdade, declara-se que, em cumprimento da alínea *h*) do artigo. 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

29 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Ernesto d'Oliveira*.

2611086676

Aviso n.º 4194/2008

Para os devidos efeitos, torna-se público que por meu despacho, datado de 28/01/2008 foi reclassificado, nos termos do artigo. 4.º e artigo. 7.º do Decreto-Lei 497/99, de 19/11, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei 218/2000, de 9/9, o seguinte funcionário:

Nome do funcionário — José Fernandes Assucarinho Nunes
Reclassificado em — Engenheiro de 2ª classe

O funcionário deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Isento de visto pelo Tribunal de Contas

31 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Ernesto d'Oliveira*.

2611086736

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

Aviso n.º 4195/2008

Para os devidos efeitos, se faz público que, através do meu despacho n.º 06/2008, de 29 de Janeiro de 2008, proferido no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal (alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro), na sequência de concurso externo de ingresso, foi contratada na categoria de estagiário — carreira Técnica Superior — Higiene e Segurança do Trabalho, a cidadã — Susana Carina Teixeira Leite Ribeiro (contrato administrativo de provimento), nos termos da alínea *c*), do artigo 15.º do Dec.-Lei n.º 427/89, de 07/10, conciliado com o disposto sobre a matéria no Dec.-Lei n.º 265/88, contrato este pelo prazo de um ano, considerando-se automaticamente prorrogado até à data de aceitação da nomeação em Técnico Superior de 2.ª Classe — Carreira Técnica Superior — Higiene e Segurança do Trabalho, caso haja aproveitamento no estágio.

A estagiária inicia as respectivas funções após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

A estagiária será integrada no escalão 1, índice 321, da categoria de estagiário.

(Isento de visto do Tribunal de Contas).

30 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*.
2611086917

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Aviso (extracto) n.º 4196/2008

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º n.º 1, al. *a*), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, faz-se público que, por meu despacho de 4 de Fevereiro de 2008, precedendo concurso interno de acesso limitado, nomeei para um lugar de técnico de contabilidade e administração de 1ª classe, do quadro de pessoal desta autarquia, Maria Luís Marques Teixeira Maia Fonseca, que deverá proceder à aceitação do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos

termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o artigo 114.º, ambos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

4 de Fevereiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Edmundo Freire Ribeiro*.

2611086734

CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Deliberação n.º 441/2008

António Baptista Duarte Silva, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *d*) do n.º 4 do artigo 148.º, do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro que republica o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que a Câmara Municipal da Figueira da Foz deliberou, por maioria, na sua reunião ordinária de 21 de Junho de 2005, aprovar a proposta final do Plano de Pormenor do Bairro Novo e remeter o processo à Assembleia Municipal para aprovação.

Mais torna público que a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, na sua sessão ordinária de 27 de Junho de 2005, deliberou, por maioria, aprovar o Plano de Pormenor do Bairro Novo.

O Plano de Pormenor foi elaborado e aprovado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 211/92, de 8 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/03, de 10 de Dezembro, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, designadamente quanto à emissão de pareceres e à discussão pública, a qual decorreu ao abrigo do preceituado no artigo 77.º deste regime jurídico.

O município da Figueira da Foz dispõe de Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/94, de 28 de Abril de 1994, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 139, de 18 de Junho de 1994, alterado pela deliberação da Assembleia Municipal da Figueira da Foz de 26 de Fevereiro de 1999, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 18 de Junho de 1999, parcialmente suspenso pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 151/2006, de 19 de Outubro de 2006, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 215, de 8 de Novembro de 2006.

A cidade da Figueira da Foz dispõe também de Plano de Urbanização, ratificado pela Portaria n.º 519/95, de 27 de Abril de 1995, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 126, de 31 de Maio de 1995, alterado pela deliberação da Assembleia Municipal da Figueira da Foz de 26 de Fevereiro de 1999, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 1 de Julho de 1999, Portaria n.º 792/99, de 12 de Agosto de 1999, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 214, de 13 de Setembro de 1999, e as deliberações da Assembleia Municipal da Figueira da Foz de 28 de Junho de 1999, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 268, de 17 de Novembro de 1999, e de 24 de Fevereiro de 2000, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 279, de 4 de Dezembro de 2000.

O Plano de Pormenor não colide com as disposições do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar — Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 28 de Setembro de 2000, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 243, de 20 de Outubro de 2000.

Por força do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, o Plano de Pormenor não está sujeito a ratificação pelo Governo.

15 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Duarte Silva*.

Regulamento do plano de pormenor do Bairro Novo

Cidade da Figueira da Foz

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito e objectivos

1 — O presente regulamento, a Planta de Implantação e a Planta de Condicionantes, estabelecem as regras e orientações a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo, no âmbito do Plano de Pormenor do Bairro Novo.

2 — As disposições contidas no presente Regulamento e quadro anexo, aplicam-se à totalidade do território cujos limites estão expressos na Planta de Implantação e que constitui a globalidade da área de intervenção do Plano de Pormenor.

Artigo 2º

Regime

Quaisquer acções de iniciativa pública, privada ou mista a realizar na área de intervenção do presente Plano de Pormenor, e que tenham como consequência ou finalidade a ocupação, uso ou transformação do solo, ficam obrigatoriamente sujeitas ao disposto no presente regulamento.

Artigo 3º

Natureza Jurídica

O Plano de Pormenor do Bairro Novo tem a natureza de Regulamento Administrativo.

Artigo 4º

Património Singular

1 — Os Imóveis Classificados e Em Vias de Classificação, assinalados na Planta de Condicionantes, estão sujeitos às normas de salvaguarda definidas por legislação específica.

2 — Os restantes Imóveis inventariados como “Edifícios de Valor Patrimonial” estão assinalados na Planta de Implantação e sujeitos à regulamentação específica do Capítulo II do presente regulamento.

Artigo 5º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente regulamento, são adoptadas as seguintes definições:

Parcela — Área de território física ou juridicamente autonomizada não resultante de uma operação de loteamento.

Lote — Área de terreno, resultante de uma operação de loteamento licenciada nos termos da legislação em vigor.

Alinhamento — Linha que em planta separa uma via pública dos edifícios existentes ou previstos ou dos terrenos contíguos, e que é definida pela intersecção dos planos verticais das fachadas, muros ou vedações, com o plano horizontal dos arruamentos adjacentes.

Cota de Soleira — Demarcação altimétrica do nível do pavimento da entrada principal do edifício.

Cércea — Dimensão vertical da construção, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda, ou guarda do terraço, incluindo andares recuados, mas excluindo acessórios: chaminés, casa das máquinas de ascensores, depósitos de água, etc.

Número de pisos — Número máximo de andares ou pavimentos sobrepostos de uma edificação com excepção dos sótãos e caves sem frentes livres.

Obras de Reconstrução — As obras de construção subsequentes à demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulte a manutenção ou a reconstituição da estrutura das fachadas, da cércea e do número de pisos.

Obras de Alteração — As obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cércea.

Obras de Ampliação — As obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cércea ou do volume de uma edificação existente.

Obras de Beneficiação — Obras que têm por fim a melhoria do desempenho de uma construção, sem alterarem o desenho existente.

Obras de Restauro — Obras especializadas que têm por fim a conservação e consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou de parte da sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história.

Obras de Reabilitação — Obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos actuais níveis de exigência.

Obras de Remodelação — Obras que têm por fim a alteração funcional de um edifício ou de parte dele sem alterar as suas características estruturais.

Equipamentos Colectivos — Áreas afectas às instalações (inclui as ocupadas pelas edificações e os terrenos envolventes afectos às instalações) destinadas à prestação de serviços às colectividades (saúde, ensino, administração, assistência social, segurança pública, protecção civil, etc.), à prestação de serviços de carácter económico (mercados, feiras, etc.) e à prática de actividades culturais, de recreio, de lazer e de desporto.

Áreas Técnicas — Áreas destinadas à instalação de equipamentos de usos comum, tais como postos de transformação, centrais de ar condicionado, compartimento de recolha de lixo.

Artigo 6º

Servidões Administrativas

1 — Na área abrangida por este Plano serão observadas todas as protecções, servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor, nomeadamente as assinaladas na Planta de Condicionantes.

2 — Nos edifícios ou áreas objecto de servidões administrativas ou de outras restrições de utilidade pública, os usos e construções que vierem a merecer parecer favorável das entidades competentes, nos termos da legislação em vigor, ficam sujeitos ao cumprimento das regras constantes do presente Regulamento.

Artigo 7º

Omissões

A qualquer situação não prevista nas presentes disposições regulamentares aplicar-se-á o disposto na demais legislação vigente.

TÍTULO II

Disposições urbanísticas

CAPÍTULO I

Da construção

Artigo 8º

Usos

1 — As zonas incluídas nas áreas de ocupação urbanística, destinam-se predominantemente à localização de actividades residenciais, comerciais, de serviços e equipamentos.

2 — As parcelas na tabela abaixo indicadas, sempre que esteja sujeita a nova construção, têm que obrigatoriamente ter uso comercial ou serviços no rés do chão, no sentido de garantir a diversidade de usos e dinâmicas urbanas nos percursos centrais do Bairro Novo:

Parcelas com uso comercial ou serviços a nível do rés do chão

3	22	82	105	120	131	142	157	183	225	241	256	311	570	582
4	23	83	106	121	132	143	161	184	231	242	257	312	571	583
5	24	86	107	122	133	144	162	185	232	243	258	336	572	584
6	25	87	108	123	134	145	163	186	233	248	259	337	574	
7	50	88	109	124	135	146	164	187	234	249	260	338	575	
8	51	89	110	125	136	147	165	211	235	250	261	339	576	
9	52	95	111	126	137	148	166	219	236	251	290	340	577	
10	72	101	113	127	138	149	170	220	237	252	291	364	578	
16	79	102	114	128	139	150	180	221	238	253	308	365	579	
17	80	103	115	129	140	151	181	222	239	254	309	366	580	

Parcelas com uso comercial ou serviços a nível do rés do chão

20	81	104	119	130	141	152	182	223	240	255	310	569	581	
----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	--

3 — Em edifícios com cêrcea superior a três pisos é obrigatório o uso habitacional a partir do quarto piso, inclusive.

Artigo 9º

Alinhamentos

1 — No sentido da preservação da morfologia urbana desta área, na construção de edifícios e na recuperação dos existentes, deve ser respeitado o alinhamento actual das fachadas frontais e que coincidem com o limite frontal do polígono de implantação.

2 — Quando o alinhamento existente e proposto não coincidir com o limite frontal da parcela, o alinhamento fica estabelecido pela frente da área de implantação do edifício.

Artigo 10º

Número de pisos

1 — Em função do carácter diversificado das cêrceas existentes e tendo em conta que a sua uniformização a partir de um referencial poderia prejudicar, de forma substancial, os edifícios de valor arquitectónico, foram as mesmas consideradas caso a caso, conforme Plantas dos 'Perfis Propostos' e traduzidas no Quadro Síntese que integra a Planta de Implantação.

2 — Nas áreas de construção com precedentes construtivos bem definidos as edificações a licenciar serão definidas pelo alinhamento da fachada principal e pela cêrcea e tipologia dominante no arruamento onde se inserem, não sendo invocável a eventual existência de edifício(s) vizinho(s) ou envolvente(s) que tenha(m) excedido a altura ou alinhamento dominante do conjunto.

3 — É permitido o aproveitamento de vãos de telhado, desde que a sua área de utilização não ultrapasse os 50% da área bruta do último piso, e desde que a inclinação da cobertura não exceda um plano inclinado com 33º que passe pela intersecção entre a fachada e a lage de tecto do último piso.

4 — O ponto mais desfavorável do vão do telhado não poderá exceder os 0,30 metros de altura relativamente ao pavimento, excepto em questões estruturais devidamente justificadas.

Artigo 11º

Profundidades de Construção e Ocupação da Parcela

1 — Nos edifícios existentes sujeitos a obras de conservação ou alteração é permitida a manutenção da profundidade existente, desde que sejam mantidas as paredes exteriores;

2 — A ocupação da parcela deve obedecer às seguintes condições:

a) A profundidade máxima admitida acima do r/chão é de 15 metros. Quando o r/c se destinar a fins habitacionais a profundidade deverá igualmente não ultrapassar os 15 metros.

b) As caves e os r/chão, com uso não habitacional — comércio, serviços ou outros —, de edifícios multifamiliares, podem atingir a profundidade máxima definida na "Planta de Implantação".

c) As caves completamente enterradas destinadas a estacionamento podem, em casos devidamente justificados, ocupar a totalidade da parcela.

3 — Quando a profundidade das empenas contíguas exceder os 15 metros, desde que fiquem asseguradas as necessárias condições de exposição, insolação e ventilação, admite-se uma maior profundidade, definida por superfícies contidas em planos paralelos às fachadas por forma a assegurar a coincidência das empenas, desde que obedeça ao polígono de implantação da respectiva "Planta de Implantação".

Artigo 12º

Projectos de Qualidade

Nos casos em que sejam propostas intervenções de valor arquitectónico devidamente reconhecido pela Ordem dos Arquitectos, e cumulativamente seja declarado o Interesse Municipal pela Assembleia Municipal da sua execução, poderá ser dispensada a aplicação dos parâmetros relativos a alinhamentos, n.º de pisos e profundidades da construção, previstos neste regulamento.

Artigo 13º

Parcelas

1 — Os parâmetros urbanísticos a observar em cada uma das parcelas encontram-se expressos no Quadro Síntese que faz parte integrante da "Planta de Implantação", bem como nas demais disposições do presente regulamento.

2 — Admite-se, a autorização de operações de loteamento na forma de emparcelamento ou divisão de lotes, tal como definido na lei em vigor, e desde que se cumpram as regras de ocupação previstas no Quadro Síntese da Planta de Implantação e nas demais disposições do presente regulamento.

3 — No caso de agregação de parcelas, a superfície da Parcela resultante e respectiva área de máxima Implantação, correspondem, em ambos os casos, à soma dos valores previstos para cada um das parcelas individuais

Artigo 14º

Empenas

1 — As empenas dos novos edifícios e tratamento das empenas existentes, bem como as resultantes do acréscimo de pisos nos edifícios existentes serão revestidas com o material utilizado na fachada principal ou com outro material de construção de boa qualidade, que assegure uma correcta integração urbanística e paisagística na sua envolvente.

2 — No projecto submetido a aprovação da autarquia deverá estar devidamente mencionadas as medidas minimizadoras dos impactes negativos dessas empenas.

Artigo 15º

Morfologia dos quarteirões urbanos

1 — Em função do carácter histórico e cultural, da morfologia dos quarteirões, bem como da especificidade reticular do espaço urbano não são permitidas novas aberturas de arruamentos por forma a não alterar as características morfológicas do Bairro Novo.

2 — Nos casos em que se pretenda logradouros públicos, as inserções só poderão ser pedonais e em caso algum, dever alterar a morfologia do espaço urbano do Bairro Novo.

Artigo 16º

Equipamentos de Utilização Colectiva

As parcelas destinadas exclusivamente a edifícios para equipamentos de utilização colectiva, desde que obedeçam à normativa geral do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, nomeadamente a afastamentos laterais e posteriores poderão ter uma profundidade superior à estabelecida nos termos do artigo 11º do presente regulamento.

Artigo 17º

Logradouros

1 — Toda a vegetação e arborização existente no interior do logradouro, que constitua elemento de interesse ambiental, deve ser mantida. Estes logradouros estão identificados na "Planta de Implantação".

2 — Na Planta de Implantação são identificados dois tipos de logradouros segundo o seu valor ambiental:

De Valor Ambiental Tipo I: Deve ser mantido o coberto arbóreo e vegetal que o caracterizam actualmente.

De Valor Ambiental Tipo II: Deve, em princípio, ser mantido o coberto arbóreo e vegetal pese embora se possam considerar novas intervenções paisagísticas que contribuam e qualifiquem este logradouro.

Artigo 18º

Caves

1 — As caves destinam-se exclusivamente a estacionamento ou a áreas técnicas (postos de transformação, centrais de ar condicionado, etc.), a arquivos, salas de condomínio, a arrecadação ou casas fortes, afectas às diversas unidades de utilização dos edifícios, devendo esta condição ficar devidamente expressa na emissão do Alvará de Licença de Construção e utilização.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior:

a) os estabelecimentos hoteleiros, que de acordo com a legislação em vigor, admita outros usos, sem prejuízo das superfícies exigidas para estacionamento privativo do edifício.

b) os edifícios de uso exclusivamente terciário, quando se verifique que do ponto de vista estrutural só é possível localizar grandes salas de reunião em cave, sem prejuízo das superfícies de estacionamento privativo do edifício.

Artigo 19º

Anexos

Os anexos em logradouros de parcelas para habitação não poderão exceder 30 % da área total do logradouro, e só poderão ter um piso acima do nível do logradouro cujo pé direito não poderá exceder 2,30 metros e não perturbar as condições de iluminação, ventilação e salubridade dos logradouros em que se insere.

Artigo 20º

Balanços

A introdução de varandas ou outros elementos abalançados será, no máximo, de quarenta centímetros (40 cm), medidos a partir do plano de fachada, excepto em casos em que o espaço público envolvente suporte outras dimensões e os elementos se integrem nos alinhamentos já definidos pelos edifícios confinantes.

Artigo 21º

Projectos

Os projectos para novas edificações têm obrigatoriamente que incluir um alçado esquemático, pelo menos na escala 1/200, onde se represente a integração do novo edifício, quanto ao alinhamento, à cêrcea e à linguagem arquitectónica do conjunto urbano em que se insere. Este alçado deverá abranger pelo menos dois edifícios para cada lado.

Artigo 22º

Publicidade e Esplanadas

1 — A publicidade no exterior dos edifícios deverá sujeitar-se a condições de tipo, volume e iluminação que não perturbem a 'desejável' caracterização ambiental da rua, de acordo com o Regulamento Municipal;

2 — É autorizada a instalação de esplanadas nos termos do Regulamento Municipal, mediante a apresentação de projecto de licenciamento.

Artigo 23º

Outros Usos

Todas as construções multifamiliares com mais de seis fracções têm de prever uma sala de condomínio com a área mínima de 10m², e condições de habitabilidade de acordo com o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

CAPÍTULO II

Edifícios de valor patrimonial

SECÇÃO I

Geral

Artigo 24º

Identificação

Os edifícios inventariados como valor patrimonial sujeitos a regulamentação específica associada aos adequados graus de preservação são identificados na "Planta de Implantação".

SECÇÃO II

Classificação de Grau I — Arquitectura Formal

Artigo 25º

Conceitos

São edifícios de Grau I aqueles que pelas características construtivas contém os elementos de riqueza formal de época caracterizadora da evolução urbana, social, histórica e cultural da cidade da Figueira da Foz e do Bairro Novo em particular.

Artigo 26º

Conservação do exterior do edifício

1 — Não são admitidas demolições, com excepção das situações previstas no artigo 32º do presente regulamento.;

2 — São admitidas alterações nas fachadas desde que, cumulativamente, se verifique:

a) Reintrodução de elementos originais da fachada que não desqualifiquem arquitectonicamente o edifício.

b) As alterações a introduzir sejam fundamentadas através de documentos oficiais ou justificativos da solução original.

Artigo 27º

Reabilitação de interiores

1 — A reabilitação do interior dos edifícios deverá prestar particular cuidado na conservação dos aspectos arquitectónicos, decorativos e construtivos característicos e particulares do interior dos mesmos.

2 — A adequação do edifício a novas funções ou usos, deverá considerar o carácter do interior do edifício, tendo especial atenção à localização dos espaços de circulação.

SECÇÃO III

Classificação de Grau II — Arquitectura de Influência

Artigo 28º

Conceitos

São edifícios de Grau II aqueles que pelas características construtivas de raiz não contém os elementos de riqueza formal de época, ou os que em consequência de alterações e transformações sucessivas, apenas algumas partes são dignas de protecção.

Artigo 29º

Conservação do Edifício

Devem ser preservados os elementos notáveis da fachada, particularmente quanto a:

a) Manutenção das cores e tons tradicionalmente utilizados;

b) Manutenção das dimensões dos vãos existentes e recuperação dos elementos da fachada;

c) Manutenção das dimensões, material e acabamentos tradicionalmente característicos, em especial nos socos, ensoleiramentos e platibandas.

SECÇÃO IV

Classificação de Grau III — Arquitectura de Aproximação

Artigo 30º

Conceitos

São edifícios de Grau III aqueles que, apesar de não apresentarem, em certos casos, características formais que os associem a correntes arquitectónicas definidoras de época, a sua inserção urbana, momento de construção e expressão de interpretações locais de arquitectura aconselham a introdução de valor de enquadramento passível de ser preservado.

Artigo 31º

Intervenção no Edifício

Deverão ser mantidas as características essenciais de integração urbana e arquitectónica destes edifícios, particularmente a preservação dos elementos notáveis da fachada, admitindo-se porém a demolição total ou parcial de edifícios desde que seja garantido o cumprimento do disposto no artigo 32º.

SECÇÃO V

Demolições

Artigo 32º

Demolições

1 — É permitida a demolição total ou parcial das construções quando estas ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para

a segurança das pessoas, e não sejam representativas da malha urbana envolvente;

2 — Nos casos previstos no número anterior, a demolição só poderá ser autorizada/licenciada, após uma comissão de vistorias se pronunciar sobre o estado de conservação estrutural do edifício e qualidade arquitectónica do mesmo.

3 — Não é permitida a demolição parcial ou total de edifícios nos casos em que a construção a erigir não contribua para a valorização estética do conjunto em que venham a integrar-se.

4 — A autorização/licença de demolição deverá obedecer ao estipulado na legislação em vigor.

CAPÍTULO III

Estacionamentos

Artigo 33º

Estacionamento

1 — A criação de lugares de estacionamento dentro das parcelas é obrigatória e deverá assegurar o estacionamento suficiente para responder às necessidades dos utentes das respectivas construções, de acordo com a legislação em vigor.

2 — Para efeitos do cálculo da área de estacionamento necessária a veículos ligeiros, deve considerar-se uma área útil mínima de 15 m² por cada lugar de estacionamento, com excepção das áreas de circulação.

3 — As áreas ou lugares de estacionamento obrigatório estabelecidos no presente artigo são insusceptíveis de constituir fracções autónomas independentes das unidades de utilização a que ficam imperativamente adstritas.

4 — A reconversão de construções existentes ou as novas poderão ficar isentas das exigências definidas nos pontos anteriores, sempre que a impossibilidade de efectivação de estacionamento no interior da parcela fique tecnicamente justificada por razões de ordem cadastral, topográfica ou geológica ou, ainda, por razões relacionadas com a preservação do património ou por inadequabilidade de acesso no plano da fachada principal da construção.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 34º

Entrada em vigor

O Plano entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

ANEXO

QUADRO SÍNTESE

Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos
1	298	hab./com./serv.	5
2	181	hab./com./serv.	5
3	252	hab./com./serv.	5
4	103	hab./com./serv.	4
5	100	hab./com./serv.	4
6	196	hab./com./serv.	3
7	96	hab./com./serv.	3
8	84	hab./com./serv.	3
9	121	hab./com./serv.	2
10	282	hab./com./serv.	3
11	218	hab./com./serv.	6
12	193	hab./com./serv.	5
13	206	hab./com./serv.	4
14	230	hab./com./serv.	4
15	218	hab./com./serv.	6
16	140	hab./com./serv.	3
17	74	hab./com./serv.	3
18	78	hab./com./serv.	3
19	78	hab./com./serv.	3

Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos
20	110	hab./com./serv.	4
21	99	hab./com./serv.	3
22	845	hab./com./serv.	9
23	103	hab./com./serv.	4
24	112	hab./com./serv.	3
25	455	hab./com./serv.	4
26	243	hab./com./serv.	3
27	166	hab./com./serv.	3
28	68	hab./com./serv.	3
29	66	hab./com./serv.	3
30	276	hab./com./serv.	3
31	99	hab./com./serv.	2
32	167	hab./com./serv.	2
33	104	hab./com./serv.	2
34	77	hab./com./serv.	2
35	85	hab./com./serv.	2
36	164	hab./com./serv.	3
37	133	hab./com./serv.	3
38	49	hab./com./serv.	3
39	53	hab./com./serv.	3
40	58	hab./com./serv.	3
41	120	hab./com./serv.	3
42	82	hab./com./serv.	3
43	162	hab./com./serv.	3
44	123	hab./com./serv.	3
45	180	hab./com./serv.	2
46	462	hab./com./serv.	2
47	249	hab./com./serv.	3
48	77	hab./com./serv.	3
49	57	hab./com./serv.	3
50	47	hab./com./serv.	3
51	71	hab./com./serv.	4
52	500	hab./com./serv.	4
53	119	hab./com./serv.	3
54	99	hab./com./serv.	3
55	139	hab./com./serv.	3
56	226	hab./com./serv.	3
57	374	hab./com./serv.	3
58	396	hab./com./serv.	3
59	432	hab./com./serv.	3
60	357	hab./com./serv.	3
61	271	hab./com./serv.	2
62	135	hab./com./serv.	3
63	108	hab./com./serv.	4
64	175	hab./com./serv.	4
65	104	hab./com./serv.	3
66	115	hab./com./serv.	3
67	194	hab./com./serv.	3
68	104	hab./com./serv.	3
69	120	hab./com./serv.	3
70	145	hab./com./serv.	3
71	253	hab./com./serv.	3
72	1117	hab./com./serv.	8
73	116	hab./com./serv.	3
74	115	hab./com./serv.	3
75	215	hab./com./serv.	3
76	326	hab./com./serv.	3
77	449	hab./com./serv.	3
78	404	hab./com./serv.	3
79	4742	com./serv./equipamento	2
80	586	hab./com./serv.	5
81	203	equipamento	3
82	393	hab./com./serv.	3
83	207	com./serv.	4
84	523	hab./com./serv.	7
85	420	hab./com./serv.	4
86	220	hab./com./serv.	4
87	139	hab./com./serv.	4
88	220	hab./com./serv.	5
89	226	equipamento	4

Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos	Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos
90	212	hab./com./serv.	4	157	1305	hab./com./serv.	5
91	237	hab./com./serv.	4	158	97	hab./com./serv.	4
92	131	hab./com./serv.	4	159	188	hab./com./serv.	3
93	223	hab./com./serv.	5	160	78	hab./com./serv.	3
94	66	hab./com./serv.	4	161	104	hab./com./serv.	3
95	120	hab./com./serv.	3	162	107	hab./com./serv.	3
96	118	hab./com./serv.	4	163	221	hab./com./serv.	3
97	112	hab./com./serv.	4	164	352	hab./com./serv.	4
98	102	hab./com./serv.	4	165	236	hab./com./serv.	4
99	172	hab./com./serv.	4	166	141	hab./com./serv.	4
100	162	hab./com./serv.	4	167	332	hab./com./serv.	5
101	185	hab./com./serv.	3	168	172	hab./com./serv.	4
102	128	hab./com./serv.	5	169	144	hab./com./serv.	4
103	107	hab./com./serv.	5	170	4338	hab./com./serv.	2
104	102	hab./com./serv.	4	171	51	hab./com./serv.	2
105	120	hab./com./serv.	4	172	61	hab./com./serv.	2
106	76	hab./com./serv.	3	173	121	hab./com./serv.	2
107	123	hab./com./serv.	2	174	73	hab./com./serv.	3
108	109	hab./com./serv.	3	175	72	hab./com./serv.	3
109	494	hab./com./serv.	4 R. da Liberdade	176	55	hab./com./serv.	2
			3 R. Acad. Zagalo	177	101	hab./com./serv.	2
				178	89	hab./com./serv.	2
				179	69	hab./com./serv.	2
110	130	hab./com./serv.	3	180	72	hab./com./serv.	3
111	135	hab./com./serv.	4	181	144	hab./com./serv.	3
112	94	hab./com./serv.	2	182	156	hab./com./serv.	3
113	77	hab./com./serv.	2	183	164	hab./com./serv.	3
114	71	hab./com./serv.	2	184	150	hab./com./serv.	3
115	75	hab./com./serv.	3	185	246	hab./com./serv.	3
116	112	hab./com./serv.	3	186	173	hab./com./serv.	3
117	69	hab./com./serv.	3	187	255	hab./com./serv.	3
118	126	hab./com./serv.	3	188	71	hab./com./serv.	3
119	96	hab./com./serv.	3	189	82	hab./com./serv.	3
120	143	hab./com./serv.	2	190	58	hab./com./serv.	3
121	220	com./serv.	2	191	48	hab./com./serv.	3
122	114	hab./com./serv.	4	192	92	hab./com./serv.	3
123	76	hab./com./serv.	3	193	61	hab./com./serv.	3
124	73	hab./com./serv.	3	194	69	hab./com./serv.	3
125	580	com./serv.	1	195	81	hab./com./serv.	3
126	317	hab./com./serv.	3	196	133	hab./com./serv.	3
127	149	hab./com./serv.	3	197	100	hab./com./serv.	3
128	128	hab./com./serv.	3	198	88	hab./com./serv.	3
129	235	hab./com./serv.	3	199	56	hab./com./serv.	3
130	204	hab./com./serv.	3	200	71	hab./com./serv.	3
131	134	hab./com./serv.	3	201	-	-	-
132	333	hab./com./serv.	3	202	107	hab./com./serv.	3
133	219	hab./com./serv.	3	203	78	hab./com./serv.	3
134	563	equipamento/com./serv.	1	204	48	hab./com./serv.	3
135	206	hab./com./serv.	3	205	50	hab./com./serv.	3
136	252	hab./com./serv.	3	206	65	hab./com./serv.	3
137	155	hab./com./serv.	3	207	60	hab./com./serv.	2
138	193	hab./com./serv.	3	208	72	hab./com./serv.	1
139	263	hab./com./serv.	3	209	104	hab./com./serv.	2
140	1820	hab./com./serv.	5	210	46	hab./com./serv.	2
141	466	hab./com./serv.	3	211	566	hab./com./serv.	8
142	48	hab./com./serv.	3	212	216	hab./com./serv.	4
143	323	hab./com./serv.	3	213	99	hab./com./serv.	4
144	105	hab./com./serv.	3	214	74	hab./com./serv.	4
145	55	hab./com./serv.	3	215	118	hab./com./serv.	5
146	40	hab./com./serv.	3	216	130	hab./com./serv.	5
147	189	hab./com./serv.	3	217	103	hab./com./serv.	4
148	498	hab./com./serv.	8	218	95	hab./com./serv.	4
149	157	hab./com./serv.	8	219	159	hab./com./serv.	4
150	234	hab./com./serv.	5	220	120	hab./com./serv.	3
151	235	hab./com./serv.	4	221	25	hab./com./serv.	2
152	57	hab./com./serv.	4	222	123	hab./com./serv.	8
153	324	hab./com./serv.	5	223	188	hab./com./serv.	8
154	260	hab./com./serv.	4	224	99	hab./com./serv.	4
155	283	hab./com./serv.	4	225	266	hab./com./serv.	4
156	189	hab./com./serv.	4	226	154	hab./com./serv.	5

N.º da parcela	Área máxima de implantação	Uso	N.º máximo de pisos	N.º da parcela	Área máxima de implantação	Uso	N.º máximo de pisos
227	206	hab./com./serv.	4	293	117	hab./com./serv.	3
228	183	hab./com./serv.	4	294	119	hab./com./serv.	4
229	127	hab./com./serv.	4	295	174	hab./com./serv.	4
230	198	hab./com./serv.	4	296	174	hab./com./serv.	4
231	148	hab./com./serv.	4	297	352	hab./com./serv.	5
232	156	hab./com./serv.	3	298	66	hab./com./serv.	3
233	92	hab./com./serv.	3	299	125	hab./com./serv.	3
234	84	hab./com./serv.	3	300	130	hab./com./serv.	3
235	116	hab./com./serv.	4	301	130	hab./com./serv.	3
236	156	hab./com./serv.	3	302	307	hab./com./serv.	3
237	132	hab./com./serv.	3	303	240	hab./com./serv.	3
238	151	hab./com./serv.	3	304	314	hab./com./serv.	4
239	116	hab./com./serv.	3	305	616	hab./com./serv.	5
240	84	hab./com./serv.	3	306	167	hab./com./serv.	3
241	145	hab./com./serv.	3	307	121	hab./com./serv.	3
242	166	hab./com./serv.	3	308	128	hab./com./serv.	3
243	187	hab./com./serv.	3	309	362	hab./com./serv.	3
244	167	hab./com./serv.	3	310	112	hab./com./serv.	4
245	198	hab./com./serv.	2	311	181	hab./com./serv.	4
246	117	hab./com./serv.	3	312	101	hab./com./serv.	4
247	105	hab./com./serv.	3	313	121	hab./com./serv.	3
248	92	hab./com./serv.	3	314	143	hab./com./serv.	3
249	53	hab./com./serv.	3	315	158	hab./com./serv.	3
250	120	hab./com./serv.	4	316	226	hab./com./serv.	3
251	160	hab./com./serv.	3	317	196	hab./com./serv.	4
252	131	hab./com./serv.	3	318	503	hab./com./serv.	4
253	124	hab./com./serv.	3	319	237	hab./com./serv.	3
254	137	hab./com./serv.	3	320	189	hab./com./serv.	3
255	148	hab./com./serv.	3	321	114	hab./com./serv.	3
256	109	hab./com./serv.	3	322	124	hab./com./serv.	3
257	96	hab./com./serv.	3	323	132	hab./com./serv.	3
258	124	hab./com./serv.	4	324	773	hab./com./serv.	4 R. da Liberdade
259	148	hab./com./serv.	3				3 R. L. Guimarães
260	167	hab./com./serv.	3				
261	166	hab./com./serv.	2				
262	74	hab./com./serv.	3	325	56	hab./com./serv.	3
263	76	hab./com./serv.	3	326	368	hab./com./serv.	4
264	155	hab./com./serv.	3	327	95	hab./com./serv.	4
265	549	hab./com./serv.	3	328	168	hab./com./serv.	3
266	141	hab./com./serv.	3	329	82	hab./com./serv.	2
267	185	hab./com./serv.	3	330	92	hab./com./serv.	3
268	87	hab./com./serv.	2	331	103	hab./com./serv.	2
269	185	hab./com./serv.	2	332	129	hab./com./serv.	2
270	156	hab./com./serv.	3	333	136	hab./com./serv.	2
271	147	hab./com./serv.	3	334	168	hab./com./serv.	3
272	124	hab./com./serv.	3	335	223	hab./com./serv.	3
273	111	hab./com./serv.	3	336	96	hab./com./serv.	3
274	81	hab./com./serv.	3	337	155	hab./com./serv.	3
275	84	hab./com./serv.	3	338	79	hab./com./serv.	3
276	159	hab./com./serv.	3	339	67	hab./com./serv.	3
277	61	hab./com./serv.	3	340	43	hab./com./serv.	3
278	63	hab./com./serv.	3	341	221	hab./com./serv.	2
279	130	hab./com./serv.	3	342	148	hab./com./serv.	2
280	88	hab./com./serv.	3	343	42	hab./com./serv.	2
281	157	hab./com./serv.	3	344	87	hab./com./serv.	2
282	1876	equipamento/com./serv.	7	345	111	hab./com./serv.	2
283	531	hab./com./serv.	7 R. M. Bombarda	346	95	hab./com./serv.	2
			6 R. L. Guimarães /R. Sta. Catarina	347	36	hab./com./serv.	2
				348	29	hab./com./serv.	2
				349	26	hab./com./serv.	2
				350	32	hab./com./serv.	2
284	353	hab./com./serv.	7	351	70	hab./com./serv.	2
285	182	hab./com./serv.	4	352	69	hab./com./serv.	2
286	187	hab./com./serv.	6	353	72	hab./com./serv.	2
287	109	hab./com./serv.	7	354	136	hab./com./serv.	2
288	133	hab./com./serv.	7	355	84	hab./com./serv.	2
289	212	hab./com./serv.	6	356	149	hab./com./serv.	2
290	123	hab./com./serv.	5	357	58	hab./com./serv.	2
291	179	hab./com./serv.	6	358	62	hab./com./serv.	3
292	216	hab./com./serv.	3	359	159	hab./com./serv.	3

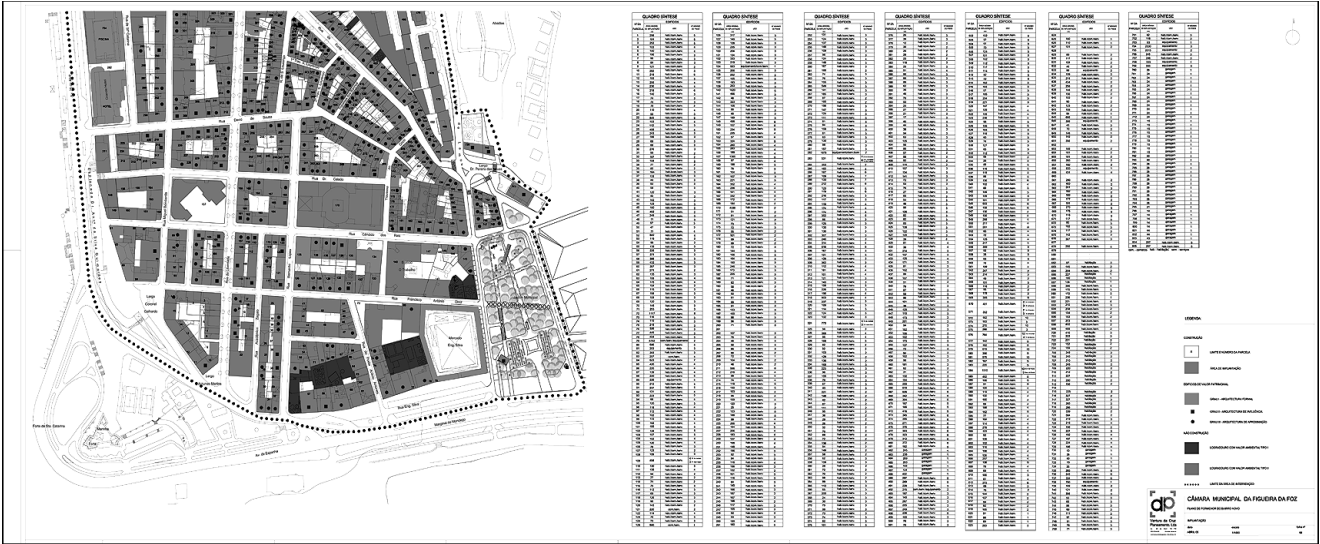
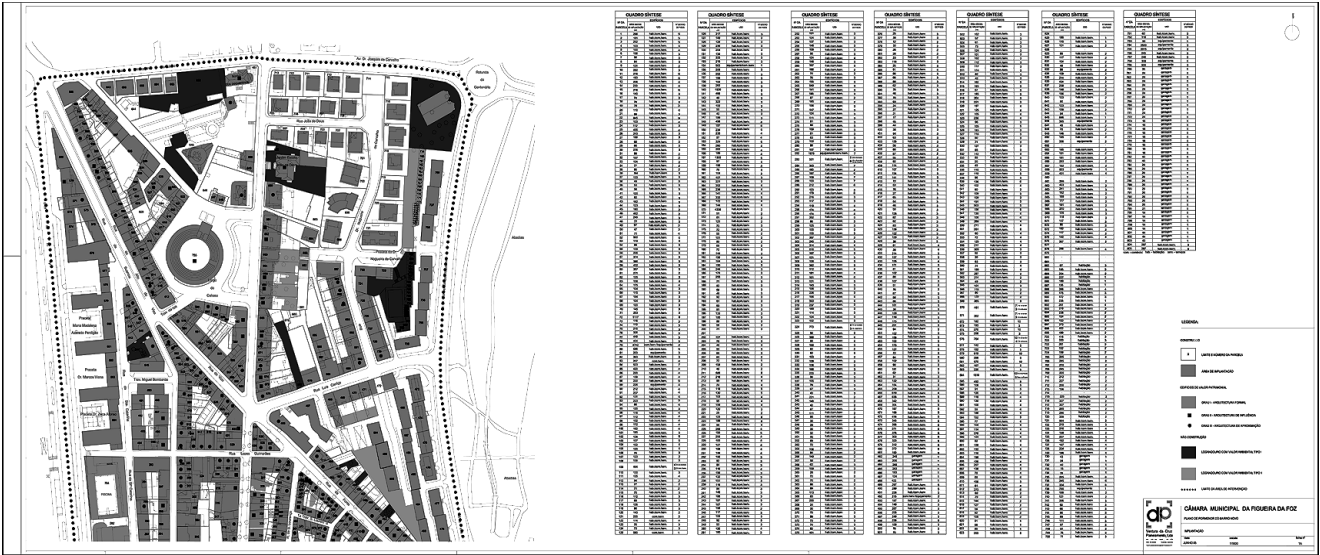
Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos	Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos
360	28	hab./com./serv.	2	430	38	hab./com./serv.	4
361	72	hab./com./serv.	2	431	214	hab./com./serv.	3
362	70	hab./com./serv.	2	432	137	hab./com./serv.	3
363	88	hab./com./serv.	2	433	125	hab./com./serv.	4
364	89	hab./com./serv.	3	434	171	hab./com./serv.	3
365	113	hab./com./serv.	3	435	81	hab./com./serv.	3
366	65	hab./com./serv.	3	436	102	hab./com./serv.	3
367	200	hab./com./serv.	3	437	80	hab./com./serv.	3
368	24	hab./com./serv.	3	438	107	hab./com./serv.	3
369	30	hab./com./serv.	3	439	51	hab./com./serv.	3
370	75	hab./com./serv.	3	440	76	hab./com./serv.	3
371	99	hab./com./serv.	3	441	87	hab./com./serv.	3
372	73	hab./com./serv.	3	442	58	hab./com./serv.	3
373	74	hab./com./serv.	3	443	86	hab./com./serv.	3
374	82	hab./com./serv.	3	444	101	hab./com./serv.	3
375	101	hab./com./serv.	3	445	38	hab./com./serv.	3
376	25	hab./com./serv.	3	446	120	hab./com./serv.	3
377	39	hab./com./serv.	3	447	110	hab./com./serv.	3
378	12	hab./com./serv.	2	448	173	hab./com./serv.	3
379	30	hab./com./serv.	2	449	201	hab./com./serv.	3
380	26	hab./com./serv.	2	450	94	hab./com./serv.	3
381	28	hab./com./serv.	2	451	152	hab./com./serv.	3
382	23	hab./com./serv.	2	452	156	hab./com./serv.	3
383	118	hab./com./serv.	3	453	102	hab./com./serv.	3
384	25	hab./com./serv.	3	454	173	hab./com./serv.	3
385	91	hab./com./serv.	4	455	127	hab./com./serv.	3
386	86	hab./com./serv.	3	456	72	hab./com./serv.	3
387	66	hab./com./serv.	3	457	94	hab./com./serv.	3
388	89	hab./com./serv.	3	458	102	hab./com./serv.	3
389	62	hab./com./serv.	3	459	90	hab./com./serv.	3
390	35	hab./com./serv.	3	460	181	hab./com./serv.	3
391	46	hab./com./serv.	3	461	62	hab./com./serv.	3
392	70	hab./com./serv.	3	462	31	hab./com./serv.	3
393	93	hab./com./serv.	3	463	132	hab./com./serv.	3
394	24	hab./com./serv.	3	464	154	hab./com./serv.	3
395	27	hab./com./serv.	3	465	209	hab./com./serv.	2
396	21	hab./com./serv.	3	466	619	hab./com./serv.	4
397	17	hab./com./serv.	3	467	635	hab./com./serv.	5
398	45	hab./com./serv.	3	468	342	hab./com./serv.	5
399	44	hab./com./serv.	3	469	304	hab./com./serv.	5
400	38	hab./com./serv.	3	470	167	hab./com./serv.	5
401	94	hab./com./serv.	3	471	166	hab./com./serv.	5
402	63	hab./com./serv.	3	472	416	hab./com./serv.	5
403	135	hab./com./serv.	3	473	345	hab./com./serv.	6
404	56	hab./com./serv.	3	474	395	hab./com./serv.	6
405	80	hab./com./serv.	3	475	271	hab./com./serv.	6
406	57	hab./com./serv.	2	476	376	hab./com./serv.	6
407	55	hab./com./serv.	2	477	303	hab./com./serv.	6
408	92	hab./com./serv.	2	478	323	hab./com./serv.	6
409	114	hab./com./serv.	2	479	312	hab./com./serv.	6
410	107	hab./com./serv.	3	480	372	hab./com./serv.	6
411	134	hab./com./serv.	3	481	192	hab./com./serv.	9
412	141	hab./com./serv.	3	482	245	garagem	1
413	72	hab./com./serv.	3	483	235	garagem	1
414	53	hab./com./serv.	3	484	269	garagem	1
415	76	hab./com./serv.	3	485	263	garagem	1
416	27	hab./com./serv.	3	486	183	garagem	1
417	65	hab./com./serv.	3	487	124	garagem	1
418	54	hab./com./serv.	3	488	422	garagem	1
419	46	hab./com./serv.	3	489	297	hab./com./serv.	5
420	50	hab./com./serv.	3	490	289	hab./com./serv.	5
421	126	hab./com./serv.	3	491	228	hab./com./serv.	3
422	82	hab./com./serv.	3	492	215	com./serv./equipamento	2
423	82	hab./com./serv.	3	493	187	hab./com./serv.	3
424	83	hab./com./serv.	3	494	140	hab./com./serv.	3
425	138	hab./com./serv.	3	495	267	hab./com./serv.	3
426	122	hab./com./serv.	3	496	205	hab./com./serv.	3
427	120	hab./com./serv.	3	497	249	hab./com./serv.	3
428	39	hab./com./serv.	3	498	236	hab./com./serv.	5
429	81	hab./com./serv.	4	499	100	hab./com./serv.	3

N.º da parcela	Área máxima de implantação	Uso	N.º máximo de pisos	N.º da parcela	Área máxima de implantação	Uso	N.º máximo de pisos
500	76	hab./com./serv.	3	570	481	hab./com./serv.	7 Av. 25 de Abril
501	70	hab./com./serv.	3				
502	102	hab./com./serv.	3				3 R. de Buarcos
503	57	hab./com./serv.	3				
504	61	hab./com./serv.	3	571	352	hab./com./serv.	7 Av. 25 de Abril
505	73	hab./com./serv.	3				3 R. de Buarcos
506	124	hab./com./serv.	3				
507	101	hab./com./serv.	3				
508	102	hab./com./serv.	3	572	182	hab./com./serv.	10
509	112	hab./com./serv.	3	573	193	hab./com./serv.	3
510	117	hab./com./serv.	3	574	270	hab./com./serv.	10
511	114	hab./com./serv.	3	575	268	hab./com./serv.	3
512	82	hab./com./serv.	3	576	764	hab./com./serv.	10 Av. 25 de Abril
513	42	hab./com./serv.	3				4 R. de Buarcos
514	162	hab./com./serv.	3				
515	183	hab./com./serv.	3				
516	57	hab./com./serv.	3	577	142	hab./com./serv.	5
517	185	hab./com./serv.	3	578	152	hab./com./serv.	5
518	204	hab./com./serv.	3	579	619	hab./com./serv.	10
519	221	hab./com./serv.	3	580	356	hab./com./serv.	5
520	197	hab./com./serv.	4	581	575	hab./com./serv.	10
521	125	hab./com./serv.	4	582	167	hab./com./serv.	5
522	105	hab./com./serv.	4	583	220	hab./com./serv.	5
523	238	hab./com./serv.	4	584	1510	hab./com./serv.	10 N. e S da Praceta
524	96	hab./com./serv.	3				5 Nasc. da Praceta
525	105	hab./com./serv.	5				
526	183	hab./com./serv.	3				
527	118	hab./com./serv.	3	585	492	hab./com./serv.	8
528	60	hab./com./serv.	3	586	108	hab./com./serv.	5
529	74	hab./com./serv.	3	587	91	hab./com./serv.	5
530	127	hab./com./serv.	3	588	120	hab./com./serv.	4
531	65	hab./com./serv.	3	589	119	hab./com./serv.	4
532	112	hab./com./serv.	3	590	130	hab./com./serv.	4
533	59	hab./com./serv.	3	591	100	hab./com./serv.	4
534	20	hab./com./serv.	3	592	59	hab./com./serv.	4
535	49	hab./com./serv.	3	593	188	hab./com./serv.	4
536	115	hab./com./serv.	3	594	152	hab./com./serv.	5
537	119	hab./com./serv.	3	595	77	hab./com./serv.	4
538	86	hab./com./serv.	3	596	104	hab./com./serv.	4
539	136	hab./com./serv.	6	597	114	hab./com./serv.	4
540	102	hab./com./serv.	4	598	278	hab./com./serv.	4
541	60	hab./com./serv.	3	599	123	hab./com./serv.	4
542	109	hab./com./serv.	3	600	92	hab./com./serv.	4
543	109	hab./com./serv.	3	601	128	hab./com./serv.	4
544	191	hab./com./serv.	3	602	132	hab./com./serv.	4
545	503	hab./com./serv.	5	603	116	hab./com./serv.	4
546	158	hab./com./serv.	5	604	198	hab./com./serv.	4
547	130	hab./com./serv.	4	605	126	hab./com./serv.	4
548	106	hab./com./serv.	4	606	257	hab./com./serv.	4
549	268	hab./com./serv.	4	607	138	hab./com./serv.	5
550	211	hab./com./serv.	4	608	78	hab./com./serv.	4
551	261	hab./com./serv.	6	609	69	hab./com./serv.	4
552	60	hab./com./serv.	4	610	106	hab./com./serv.	3
553	72	hab./com./serv.	4	611	61	hab./com./serv.	4
554	125	hab./com./serv.	4	612	273	hab./com./serv.	6
555	217	hab./com./serv.	4	613	69	hab./com./serv.	2
556	369	hab./com./serv.	3	614	79	hab./com./serv.	2
557	92	hab./com./serv.	3	615	144	hab./com./serv.	2
558	35	hab./com./serv.	3	616	127	hab./com./serv.	2
559	63	hab./com./serv.	3	617	59	hab./com./serv.	2
560	74	hab./com./serv.	4	618	92	hab./com./serv.	2
561	199	hab./com./serv.	4	619	105	hab./com./serv.	2
562	287	hab./com./serv.	2	620	91	hab./com./serv.	1
563	214	hab./com./serv.	2	621	98	hab./com./serv.	1
564	49	hab./com./serv.	2	622	89	hab./com./serv.	1
565	101	hab./com./serv.	3	623	253	hab./com./serv.	3
566	118	hab./com./serv.	2	624	-	-	-
567	95	hab./com./serv.	2	625	180	hab./com./serv.	1
568	178	hab./com./serv.	2	626	110	hab./com./serv.	1
569	365	hab./com./serv.	9	627	101	hab./com./serv.	2

Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos	Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos
628	-	-	-	698	402	hab./com./serv.	2
629	89	hab./com./serv.	2	699	489	hab./com./serv.	2
630	117	hab./com./serv.	2	700	416	habitação	3
631	104	hab./com./serv.	2	701	333	habitação	3
632	48	hab./com./serv.	2	702	201	habitação	2
633	99	equipamento	2	703	152	habitação	2
634	109	hab./com./serv.	2	704	159	habitação	2
635	214	hab./com./serv.	2	705	245	habitação	2
636	434	hab./com./serv.	2	706	245	habitação	2
637	258	hab./com./serv.	2	707	210	habitação	2
638	148	hab./com./serv.	2	708	245	habitação	2
639	156	hab./com./serv.	2	709	220	habitação	2
640	103	hab./com./serv.	2	710	212	habitação	2
641	90	hab./com./serv.	2	711	227	habitação	2
642	123	hab./com./serv.	2	712	200	habitação	2
643	159	hab./com./serv.	2	713	156	habitação	2
644	94	hab./com./serv.	1	714	-	-	-
645	666	hab./com./serv.	1	715	225	habitação	2
646	395	equipamento	2	716	327	habitação	2
647	45	hab./com./serv.	2	717	327	habitação	2
648	70	hab./com./serv.	2	718	265	habitação	2
649	146	hab./com./serv.	1	719	286	habitação	2
650	145	hab./com./serv.	2	720	339	habitação	2
651	356	equipamento	2	721	564	hab./com./serv.	2
652	-	-	-	722	219	hab./com./serv.	3
653	185	hab./com./serv.	2	723	216	hab./com./serv.	4
654	181	hab./com./serv.	2	724	198	hab./com./serv.	2
655	181	hab./com./serv.	2	725	227	hab./com./serv.	3
656	293	hab./com./serv.	2	726	192	hab./com./serv.	4
657	192	hab./com./serv.	2	727	197	hab./com./serv.	4
658	833	equipamento	1	728	224	hab./com./serv.	4
659	431	hab./com./serv.	4	729	186	hab./com./serv.	4
660	-	-	-	730	43	garagem	1
661	299	hab./com./serv.	2	731	28	garagem	1
662	403	hab./com./serv.	2	732	40	garagem	1
663	241	hab./com./serv.	3	733	15	garagem	1
664	162	hab./com./serv.	2	734	35	garagem	1
665	169	hab./com./serv.	2	735	265	hab./com./serv.	6
666	177	hab./com./serv.	2	736	245	hab./com./serv.	6
667	191	hab./com./serv.	2	737	334	hab./com./serv.	6
668	270	hab./com./serv.	3	738	790	equipamento	1
669	176	hab./com./serv.	3	739	169	hab./com./serv.	2
670	118	hab./com./serv.	3	740	121	hab./com./serv.	2
671	117	hab./com./serv.	3	741	396	hab./com./serv.	3
672	80	hab./com./serv.	3	742	50	hab./com./serv.	3
673	182	hab./com./serv.	3	743	66	hab./com./serv.	3
674	117	hab./com./serv.	3	744	86	hab./com./serv.	3
675	142	hab./com./serv.	3	745	69	hab./com./serv.	3
676	367	hab./com./serv.	3	746	111	hab./com./serv.	3
677	-	-	-	747	97	hab./com./serv.	3
678	266	hab./com./serv.	4	748	81	hab./com./serv.	3
679	-	-	-	749	76	hab./com./serv.	3
680	-	-	-	750	71	hab./com./serv.	3
681	-	-	-	751	62	hab./com./serv.	3
682	97	habitação	3	752	118	hab./com./serv.	3
683	145	hab./com./serv.	2	753	93	equipamento	1
684	204	hab./com./serv.	2	754	2530	equipamento	3
685	227	habitação	1	755	2015	equipamento	2
686	180	habitação	1	756	245	hab./com./serv.	3
687	136	habitação	1	757	246	hab./com./serv.	3
688	396	hab./com./serv.	4	758	333	equipamento	1
689	175	hab./com./serv.	3	759	333	equipamento	3
690	172	hab./com./serv.	3	760	35	garagem	1
691	236	hab./com./serv.	1	761	24	garagem	1
692	201	hab./com./serv.	4	762	24	garagem	1
693	210	hab./com./serv.	3	763	24	garagem	1
694	238	hab./com./serv.	2	764	24	garagem	1
695	154	hab./com./serv.	2	765	24	garagem	1
696	153	hab./com./serv.	2	766	24	garagem	1
697	373	hab./com./serv.	4	767	24	garagem	1

Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos	Nº da parcela	Área máxima de implantação	Uso	Nº máximo de pisos
768	24	garagem	1	788	28	garagem	1
769	24	garagem	1	789	28	garagem	1
770	24	garagem	1	790	28	garagem	1
771	24	garagem	1	791	28	garagem	1
772	24	garagem	1	792	28	garagem	1
773	15	garagem	1	793	28	garagem	1
774	15	garagem	1	794	28	garagem	1
775	15	garagem	1	795	21	garagem	1
776	15	garagem	1	796	14	garagem	1
777	15	garagem	1	797	14	garagem	1
778	15	garagem	1	798	14	garagem	1
779	15	garagem	1	799	14	garagem	1
780	15	garagem	1	800	14	garagem	1
781	15	garagem	1	801	44	garagem	1
782	40	garagem	1	802	44	garagem	1
783	40	garagem	1	803	43	garagem	1
784	28	garagem	1	804	297	hab./com./serv.	5
785	28	garagem	1	805	297	hab./com./serv.	5
786	28	garagem	1				
787	28	garagem	1				

com. - comércio, hab. - habitação, serv. - serviços





CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Aviso n.º 4197/2008

Torna-se público que por acordo de ambas as partes, datado de 6 de Dezembro do corrente ano, e nos termos da alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na sua actual redacção, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, foi rescindido o contrato a termo resolutivo certo celebrado com a técnica superior de 2ª classe/Biblioteca e Documentação, Ana Emília Fernandes Carvalho, com início em 21 de Março de 2005.

17 de Dezembro de 2007. — O Presidente, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.

2611086726

Aviso n.º 4198/2008

Para os devidos efeitos e por meu despacho, datado de 17 de Dezembro de 2007, e na sequência do concurso publicado no *Diário da República*, n.º 231, de 30 de Novembro de 2006, nomeio, provisoriamente, para o lugar da categoria de técnico profissional de 2ª classe, da carreira de técnico profissional, do grupo de pessoal técnico-profissional, Guiomar Carrega Gil Amaral, 1ª classificada no concurso oportunamente realizado.

Mais se torna público que a nomeada deverá aceitar a respectiva nomeação no prazo de 20 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* (Isento de Visto do Tribunal de Contas).

9 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
2611086735

Aviso n.º 4199/2008

Para os devidos efeitos e por meu despacho, datado de 17 de Dezembro de 2007, e na sequência do concurso publicado no *Diário da República*, n.º 231, de 30 de Novembro de 2006, nomeio, provisoriamente, para o lugar da categoria de auxiliar administrativo, da carreira de auxiliar administrativo, do grupo de pessoal auxiliar, Maria de Fátima dos Santos Pires, 1ª classificada no concurso oportunamente realizado.

Mais se torna público que a nomeada deverá aceitar a respectiva nomeação no prazo de 20 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* (Isento de Visto do Tribunal de Contas).

9 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
2611086730

Aviso n.º 4200/2008

Para os devidos efeitos e por meu despacho, datado de 17 de Dezembro de 2007, e na sequência do concurso publicado no *Diário da República*, n.º 231, de 30 de Novembro de 2006, nomeio, provisoriamente, para o lugar da categoria de auxiliar administrativo, da carreira de auxiliar administrativo, do grupo de pessoal auxiliar, Ana Maria Garcia Gonçalves Delgado, 1ª classificada no concurso oportunamente realizado.

Mais se torna público que a nomeada deverá aceitar a respectiva nomeação no prazo de 20 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* (Isento de Visto do Tribunal de Contas).

9 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.

2611086732

Aviso n.º 4201/2008

Para os devidos efeitos e por meu despacho, datado de 28 de Dezembro de 2007, nomeio, definitivamente, em conformidade com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, o docente João Manuel Neves Mendes Rosa, na categoria de técnico superior de 1ª classe, da carreira técnica superior, do grupo de pessoal técnico superior.

O funcionário reclassificado deverá aceitar o respectivo lugar no prazo de 20 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de Visto do Tribunal de Contas).

9 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.

2611086728

CÂMARA MUNICIPAL DA GOLEGÃ

Aviso n.º 4202/2008

Prorrogação de contrato de trabalho a termo resolutivo

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 28 de Janeiro de 2008, no uso da competência conferida pela alínea a), do n.º 2, do artigo 68.º, da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi prorrogado, por mais 1 ano, o prazo do contrato de trabalho a termo resolutivo, celebrado em 20 de Fevereiro de 2006, ao abrigo do n.º 4, do artigo 9.º, da lei n.º 23/04, de 22 de Junho com, Fabiana Rita Mateus Dinis Freire, para o exercício das funções de Técnico Superior de 2ª Classe, ficando válido até 20 de Fevereiro de 2009.

A celebração do contrato foi publicada no *Diário da República*, 12.ª série, n.º 47, de 7 de Março de 2006.

30 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Veiga Maltes*.

2611086742

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (ALGARVE)

Regulamento n.º 88/2008

Regulamento da Venda Ambulante do Município de Lagoa

Dr. José Inácio Marques Eduardo, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve):

Torna público que, a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Dezembro de 2007, aprovou o regulamento em epígrafe, cujo projecto foi publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180 de 28 de Setembro de 2007, e submetido a apreciação pública, nos termos do disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

24 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo*.

2611086774

Preâmbulo

A regulamentação municipal sobre o exercício da actividade da venda ambulante na área do Município de Lagoa data de 1991. No entanto, ao longo deste tempo, tem-se vindo a verificar que, na prática, tal regulamentação é omissiva e desajustada à realidade, tornando-se imperioso e urgente actualizá-la e harmonizá-la com a legislação em